



ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR DA CONTRATAÇÃO

O inciso XX do art. 6º da Lei Federal nº 14.133/2021, combinado com o art. 8º do Decreto Municipal nº 333/2022, regulamenta a elaboração deste documento, que constitui a primeira etapa do planejamento de uma contratação pública. Trata-se de um instrumento essencial para a identificação do interesse público envolvido e da melhor solução para atendê-lo, servindo como base para a elaboração dos projetos correspondentes, caso se conclua pela viabilidade da contratação.

PROCESSO ADMINISTRATIVO

Município de Santo Antônio da Patrulha / RS

Secretaria Municipal da Saúde (SEMSA)

Necessidade da Administração: Contratação de empresa especializada para a prestação de serviços médicos nas especialidades de Clínico Geral, com formação em Saúde Mental para atendimento da demanda no **Centro de Atendimento Psico Social (CAPS I)**, e Psiquiatria para atendimento da demanda no **Equipe Multiprofissional de Atenção Especializada em Saúde Mental (AMENT)**, mensuradas por hora efetivamente trabalhada, visando atender à demanda dos serviços de saúde mental especializados no âmbito do Município.

1. DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE

Contratação de empresa especializada para a prestação de serviços médicos nas especialidades de **Clínica Geral, com formação em Saúde Mental para atuação no Centro de Atendimento Psico Social (CAPS I), e Psiquiatria para atuação no Equipe Multiprofissional de Atenção Especializada em Saúde Mental (AMENT)**, mensuradas por hora efetivamente trabalhada, destinados a suprir a demanda dos serviços de saúde mental do Município de Santo Antônio da Patrulha/RS.

A atuação desses profissionais é de **suma importância para a continuidade, integralidade e resolutividade dos atendimentos realizados no Centro de Atenção Psicossocial (CAPS) e no Equipe Multiprofissional de Atenção Especializada em Saúde Mental (AMENT)**, serviços estratégicos da Rede de Atenção Psicossocial (RAPS) local. Sua presença assegura o acompanhamento longitudinal de usuários em sofrimento psíquico, prevenindo desassistência e fortalecendo vínculos terapêuticos que são fundamentais no processo de reabilitação psicossocial.

A presente contratação fundamenta-se nas diretrizes da **Política Nacional de Saúde Mental** (Portaria GM/MS nº 3.088/2011), que institui a RAPS no âmbito do SUS, e na **Reforma Psiquiátrica Brasileira** (Lei Federal nº



10.216/2001), que orienta a substituição progressiva do modelo hospitalocêntrico por serviços comunitários, territoriais e interdisciplinares. Assim, o município reafirma o compromisso com a **atenção psicossocial centrada na pessoa, na família e na comunidade**, em consonância com os princípios da universalidade, equidade e integralidade do SUS.

Dessa forma, a contratação busca garantir:

- **Acesso oportuno** aos serviços especializados de saúde mental;
- **Continuidade e integralidade do cuidado**, evitando a fragmentação do tratamento;
- **Interdisciplinaridade** nas práticas em saúde, assegurando que a clínica seja ampliada e contextualizada nas dimensões sociais e culturais dos usuários;
- **Redução de agravos e hospitalizações psiquiátricas desnecessárias**, fortalecendo o cuidado em liberdade;
- **Promoção da reinserção social e da autonomia dos sujeitos**, conforme os princípios da reabilitação psicossocial.

A inserção de médicos psiquiatras e clínicos com formação em saúde mental é, portanto, **estratégica para o fortalecimento da RAPS em Santo Antônio da Patrulha/RS**, assegurando a efetividade das políticas públicas e o direito constitucional à saúde mental de qualidade.

1.1 Atribuições: Médico Psiquiatra para o AMENT

1.1.1 Descrição Analítica: Executar atividades médicas especializadas em psiquiatria no âmbito da Rede de Atenção Psicossocial (RAPS), **respeitando a Nota Técnica N° 01/2020/MS/RS que exige médico especialista em psiquiatria para a composição do serviço de saúde mental**, abrangendo a promoção, prevenção, diagnóstico, tratamento e reabilitação de pessoas com sofrimento ou transtorno mental, em todas as faixas etárias. Realizar consultas, avaliações clínicas e psiquiátricas completas, formular diagnósticos, propor e conduzir planos terapêuticos singulares, prescrever e monitorar tratamentos psicofarmacológicos completos, orientar pacientes, familiares e equipe quanto ao uso de medicamentos, efeitos e riscos, além de solicitar e interpretar exames complementares pertinentes ao cuidado em saúde mental. Elaborar e manter atualizados prontuários, laudos, pareceres, relatórios e demais documentos necessários após cada atendimento. Atuar em atendimentos individuais, familiares e em grupo nos serviços da rede, como ambulatorios e centros especializados, intervindo em situações de crise com técnicas de contenção verbal e manejo clínico nos espaços de atuação. Realizar avaliações psiquiátricas para subsidiar decisões judiciais relacionadas a medidas de internação involuntária ou compulsória, zelando pelo cumprimento da legislação vigente e observando rigorosamente os princípios éticos da profissão. Participar da construção de Projetos Terapêuticos Singulares junto à equipe multiprofissional, desenvolver ações de promoção da saúde mental, prevenção de agravos, grupos



terapêuticos e atividades comunitárias, bem como acompanhar pessoas em uso problemático de álcool e outras drogas, utilizando estratégias de redução de danos e reinserção social. Contribuir para a articulação intersetorial com escolas, justiça, assistência social, conselhos tutelares e demais órgãos, além de participar de reuniões clínicas com enfoque psiquiátrico, matriciamento, educação permanente e discussão de casos. Atuar como referência técnica em psiquiatria para as equipes de saúde, promovendo práticas humanizadas, alinhadas aos princípios do SUS, da Reforma Psiquiátrica e da Política Nacional de Saúde Mental. Cumprir as normas de ética médica, sigilo profissional, pontualidade e assiduidade, garantindo qualidade do atendimento e fortalecendo o vínculo de confiança com usuários, famílias e comunidade.

1.1.2 Descrição Sintética: Executar atividades médicas em psiquiatria no âmbito da RAPS, tratamentos psicofarmacológicos complexos, emitir laudos e pareceres técnicos especializados, com foco no diagnóstico, tratamento e acompanhamento de transtornos mentais moderados, realizando atendimentos psiquiátricos em todas as idades, diagnósticos, prescrição e acompanhamento terapêutico, solicitação de exames e manejo de crises. Fazer avaliações, inclusive para subsidiar decisões judiciais referentes a internações involuntárias ou compulsórias, observando a legislação vigente e princípios éticos. Manter prontuários atualizados e devidamente preenchidos após cada consulta, elaborar laudos e relatórios, participar de Projetos Terapêuticos Singulares e atuar em articulação com a rede intersetorial, cumprindo princípios éticos, sigilo, pontualidade e assiduidade.

1.2 Atribuições: Médico Clínico Geral com especialização em Saúde Mental (CAPS)

1.2.1 Descrição Analítica: Executar atividades médicas no âmbito da Rede de Atenção Psicossocial (RAPS), especialmente conforme Portaria N° 336 de 19 de fevereiro de 2002, que exige médico com formação em saúde mental, voltadas à promoção, prevenção, diagnóstico, tratamento e reabilitação de pessoas com sofrimento ou transtorno mental, em todas as faixas etárias, incluindo aquelas com necessidades decorrentes do uso de álcool e outras drogas. Realizar consultas médicas, avaliações clínicas integrais e acompanhamento longitudinal dos usuários, levantando hipóteses e diagnósticos, propondo e conduzindo planos terapêuticos singulares de forma articulada com a equipe multiprofissional. Solicitar e interpretar exames complementares pertinentes ao cuidado em saúde mental, prescrever e monitorar tratamentos farmacológicos quando indicado, além de elaborar e manter atualizados prontuários, laudos, relatórios e demais documentos necessários após cada atendimento. Atuar em atendimentos individuais, familiares e em grupo nos serviços da rede, como CAPS, ambulatorios e Unidades Básicas de Saúde, intervindo em situações de crise com técnicas adequadas de contenção verbal e manejo clínico nos espaços de atuação. Realizar avaliações médicas para subsidiar decisões judiciais relacionadas a medidas de internação involuntária ou compulsória, assegurando cumprimento da legislação vigente, dos princípios éticos e da proteção dos direitos humanos. Participar da construção de Projetos Terapêuticos Singulares, desenvolver ações de promoção da saúde mental,



prevenção de agravos, grupos terapêuticos e atividades comunitárias, bem como acompanhar pessoas em uso problemático de álcool e outras drogas, adotando estratégias de redução de danos e favorecendo a reinserção social. Contribuir para a articulação intersetorial com escolas, justiça, assistência social, conselhos tutelares e demais instituições, além de participar de reuniões clínicas, matriciamento, capacitações, educação permanente e discussão de casos. Atuar como referência técnica médica em saúde mental para equipes da rede, promovendo práticas humanizadas, alinhadas aos princípios do SUS, da Reforma Psiquiátrica e da Política Nacional de Saúde Mental. Cumprir rigorosamente as normas de ética médica, sigilo profissional, pontualidade e assiduidade, garantindo qualidade do atendimento e fortalecendo o vínculo de confiança com usuários, famílias e comunidade.

1.2.2 Descrição Sintética: Executar atividades médicas gerais com enfoque em saúde mental no âmbito da RAPS, atuando na promoção, prevenção e acompanhamento clínico de pessoas com sofrimento, realizando consultas médicas integrais, avaliações clínicas e acompanhamento longitudinal dos usuários, identificando necessidades de cuidado, devendo todas serem referidas em prontuário. Prescrever e monitorar tratamentos farmacológicos, bem como orientar pacientes e familiares sobre autocuidado, adesão e manejo de sintomas. Contribuir com a construção e execução dos Projetos Terapêuticos Singulares (PTS), favorecendo a integração entre os diferentes pontos da rede de atenção. Atuar em ações de educação em saúde, promoção do bem-estar mental e redução de danos, desenvolvendo atividades em grupo e comunitárias, apoiar o matriciamento em saúde mental e articular intervenções com a equipe multiprofissional, observando ética, sigilo, pontualidade e assiduidade.

2. ALINHAMENTO ENTRE A CONTRATAÇÃO E O PLANEJAMENTO

A contratação ora pretendida encontra-se devidamente prevista no Plano de Contratações Anual do Município de Santo Antônio da Patrulha, conforme disposto no itens 28960 e 28961 daquele documento, em consonância com o planejamento estratégico desta Administração. Tal previsão reforça a observância aos princípios da legalidade, planejamento e eficiência, previstos na Lei Federal nº 14.133/2021.

Cumpre salientar que o contrato atualmente vigente para a prestação desses serviços expira em março de 2026 e, em virtude da vedação legal de prorrogação além do limite máximo de 5 (cinco) anos previsto no art. 107, §4º, da Lei nº 14.133/2021, não poderá ser estendido. Esse fato reforça a necessidade da presente contratação, de forma a assegurar a continuidade dos atendimentos no CAPS e no AMENT, evitando qualquer risco de desassistência à população.

3. DESCRIÇÃO DOS REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO



3.1. Os serviços têm natureza de comum, tendo em vista que seus padrões de desempenho e qualidade podem ser objetivamente definidos pelo edital, por meio de especificações usuais de mercado, nos termos da Lei Federal nº 14.133/2021.

3.2. A contratação será realizada por meio de licitação, na modalidade Pregão, na sua forma eletrônica, com critério de julgamento por menor preço, nos termos da Lei Federal nº 14.133/2021.

3.3. Para prestação dos serviços pretendidos, os eventuais interessados deverão comprovar que atuam em ramo de atividade compatível com o objeto da licitação, bem como apresentar os documentos a título habilitação, nos termos do art. 62 e 66, da Lei nº 14.133/2021.

3.4. Além dos requisitos gerais já estabelecidos, deverão ser observados os seguintes:

3.4.1 Qualificação Técnica para Qualificação:

3.4.1.1 Atestado ou certidão de capacidade técnica, expedido por órgãos públicos Federais, Estaduais ou Municipais, ou por empresas públicas ou privadas, comprovando a execução de serviços compatíveis em características e quantidades com o objeto licitado;

3.4.1.2 Apresentação de declaração de que possui pessoal técnico necessário para a prestação dos serviços a serem executados;

3.4.1.3 A empresa deve ser inscrita no CNES (Cadastro Nacional de Estabelecimentos de Saúde);

3.4.1.4 Alvará de Localização e Funcionamento;

3.4.1.5 Inscrição e regularidade do Responsável Técnico pela empresa no Conselho competente;

3.4.1.6 Registro da empresa no conselho competente da sua sede;

3.4.1.7 Comprovação de regularidade de inscrição de pessoa jurídica no CRM;

3.4.2 Qualificação Técnica para Contratualização:

3.4.2.1 Regular inscrição dos profissionais médicos que executarão o Contrato junto ao Conselho Regional de Medicina (CRM);

3.4.2.2 Registro da empresa no conselho competente do Estado do Rio Grande do Sul;

3.4.2.3 Certidão Negativa de antecedentes éticos dos profissionais junto ao Conselho de Classe competente.

3.4.2.4 Que o(a) médico(a) Psiquiatra possui título de especialista emitido por instituição reconhecida pelo CFM, ABP, AMB ou CNRM (Resolução 2380/2024), ou residência médica em Psiquiatria reconhecida pelo MEC e em ambos os casos com Registro de Qualificação de Especialista (RQE) no CREMERS;



3.4.2.5 Que o(a) médico(a) Clínico Geral apresente comprovação de formação complementar em saúde mental, por meio de cursos de capacitação, residência multiprofissional ou experiência comprovada na área.

3.4.3 Obrigações da Contratada

I – Caberá à empresa contratada:

- a) Garantir a disponibilidade mínima da carga horária contratada, promovendo substituição imediata do profissional em caso de afastamento, de modo a assegurar a continuidade do atendimento no CAPS e no AMENT;
- b) Cumprir com as normas técnicas, protocolos clínicos e diretrizes da **Política Nacional de Saúde Mental** e da **Rede de Atenção Psicossocial (RAPS)**;
- c) Participar das reuniões de equipe multiprofissional e dos processos de educação permanente em saúde, sempre que convocada pelo Município;
- d) Manter registros clínicos atualizados em prontuário físico ou eletrônico em sistemas eletrônicos disponibilizados pela Secretaria Municipal da Saúde, conforme as normas do SUS e do Conselho Federal de Medicina (CFM);
- e) Fornecer ao(s) profissional(is) Equipamento de Proteção Individual, quando indicado.

3.4.4 Fiscalização e Acompanhamento

II – A execução contratual será acompanhada e fiscalizada pela Secretaria Municipal da Saúde de Santo Antônio da Patrulha/RS, por meio de profissionais designados.

III – A contratada deverá apresentar relatórios mensais de atendimentos, contendo:

- a) Quantitativos de consultas realizadas; e
- b) Outras informações que forem solicitadas pela fiscalização municipal.

3.4.5 Penalidades

IV – O descumprimento parcial ou total das obrigações contratuais sujeitará a contratada às sanções previstas no art. 156 da Lei nº 14.133/2021, incluindo:

- a) Advertência;
- b) Multa;
- c) Impedimento de licitar e contratar com a Administração Pública;
- d) Declaração de inidoneidade.

3.4.6 Prazos e Vigência

V – O prazo de execução contratual será definido no Termo de Referência e poderá ser prorrogado, observadas as hipóteses previstas no art. 107 da Lei nº 14.133/2021.



4. ESTIMATIVA DAS QUANTIDADES

Os quantitativos estimados para a contratação pretendida têm como parâmetro as últimas contratações com o mesmo objeto, realizadas por esta Administração. Neste sentido, segue memória de cálculo:

	PRO CESS O N.º	OBJETO	QTD	UNIDADE DE MEDIDA	PERÍOD O	VALOR UNIT.
PROCESSO ANTERIOR	P.E 152/20 20	Médico Clínico Geral com formação em Saúde Mental	1	mês	12 Meses	R\$ 15.659,20
	P.E 152/20 20	Médico Psiquiatra	1	mês	12 Meses	R\$ 28.544,40
PROCESSO ATUAL		Médico Clínico Geral com formação em Saúde Mental	1.440	Horas	12 Meses	R\$ 195,74
		Médico Psiquiatra	1.920	Horas	12 Meses	R\$ 237,87

5. ALTERNATIVAS DISPONÍVEIS NO MERCADO

Para atender à demanda de serviços médicos especializados em Saúde Mental no Município de Santo Antônio da Patrulha/RS, especialmente no **CAPS** e no **AMENT**, verificam-se as seguintes alternativas disponíveis no mercado:

1. Contratação Direta de Profissionais Pessoa Física

- Possibilidade de contratação por meio de **processo seletivo simplificado (PSS)** ou chamamento público.
- Vantagem: maior controle direto sobre a prestação do serviço e sobre a gestão da carga horária.
- Limitação: dificuldade de atrair médicos especialistas devido à alta demanda e escassez no mercado, além de vínculos precários de trabalho.

2. Contratação de Pessoa Jurídica Especializada (Clínicas e Empresas Médicas)

- Empresas constituídas especificamente para prestação de serviços médicos especializados, com capacidade de fornecer psiquiatras e clínicos gerais com experiência em saúde mental.
- Vantagem: garante maior cobertura em caso de afastamento dos profissionais, pois a empresa deve prover substitutos.
- Limitação: custos podem ser mais elevados do que a contratação direta de pessoa física.

3. Consórcios Públicos de Saúde ou Cooperação Intermunicipal



- Possibilidade de o Município integrar-se a consórcios intermunicipais de saúde para compartilhar custos e profissionais.
- Vantagem: otimização de recursos e maior atratividade para especialistas, pela possibilidade de jornada ampliada em mais de um município.
- Limitação: depende de acordos de cooperação e disponibilidade nos consórcios regionais.

4. Convênios ou Parcerias com Hospitais Universitários e Instituições de Ensino Superior

- Celebração de convênios com universidades que possuam cursos de Medicina, Psiquiatria ou Residências Multiprofissionais em Saúde Mental.
- Vantagem: fortalecimento do caráter técnico científico, integração ensino serviço e possibilidade de acesso a profissionais em formação.
- Limitação: disponibilidade restrita, dependência da adesão da instituição de ensino e prazos de negociação.

5. Parcerias com Organizações Sociais de Saúde (OSS) ou Entidades Filantrópicas

- Delegação da gestão de determinados serviços para OSS ou instituições filantrópicas qualificadas.
- Vantagem: flexibilidade na contratação de profissionais, maior agilidade administrativa e possibilidade de gestão ampliada.
- Limitação: necessidade de contrato de gestão detalhado e rígido acompanhamento para garantir qualidade.

6. ESTIMATIVA DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

Estima-se para a presente contratação o valor global de R\$ 530.443,20 (quinhentos e trinta mil, quatrocentos e quarenta e três reais e vinte centavos), tomando-se como parâmetro os valores praticados no oitavo aditivo do Contrato de Prestação de Serviços nº 046/2021, o que confere respaldo técnico e econômico à estimativa ora apresentada.

Vislumbra-se que tal valor deverá ser compatível com o praticado pelo mercado correspondente, observando-se o disposto no Decreto Municipal n.º 333/2022, que “Dispõe sobre a regulamentação dos procedimentos para contratações públicas na forma da Lei Federal n.º 14.133, de 1.º de abril de 2021 e dá outras providências”.

7. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO

Após análise das alternativas disponíveis no mercado para a prestação de serviços médicos especializados em Saúde Mental, conclui-se que a solução mais adequada ao Município de Santo Antônio da Patrulha/RS consiste na **Contratação de Pessoa Jurídica Especializada (Clínicas e Empresas Médicas)**.



Essa opção apresenta maior viabilidade frente ao contexto local e às exigências do serviço, uma vez que possibilita a oferta contínua de profissionais médicos psiquiatras e clínicos gerais com formação em saúde mental, assegurando a substituição imediata em casos de afastamento ou vacância, o que seria de difícil execução em contratações diretas de pessoa física.

Importante destacar que **o concurso público realizado recentemente não apresentou candidatos interessados nas especialidades necessárias**, evidenciando a escassez de profissionais disponíveis para contratação direta e reforçando a necessidade de se recorrer à contratação de pessoa jurídica especializada. Bem como, impossibilidade fática de Concurso Público em curto prazo pois a realização do mesmo exige um processo longo, incluindo planejamento, elaboração de edital, realização de provas e nomeação, o que pode levar meses.

Do ponto de vista teórico e normativo, a escolha se fundamenta em:

1. **Princípio do Planejamento e da Continuidade do Serviço Público** – conforme previsto na **Lei Federal nº 14.133/2021**, a Administração Pública deve adotar soluções que garantam eficiência e continuidade. A contratação de pessoa jurídica assegura maior estabilidade, evitando interrupções nos atendimentos do CAPS e Ament.
2. **Diretrizes da Rede de Atenção Psicossocial (RAPS)** – instituída pela **Portaria GM/MS nº 3.088/2011**, a RAPS preconiza a organização de serviços comunitários em rede, com atenção interdisciplinar e articulada. Para viabilizar tal organização, faz-se necessária a presença de profissionais com dedicação regular, algo mais facilmente assegurado por contratos com pessoas jurídicas especializadas.
3. **Referenciais da Reforma Psiquiátrica (Lei Federal nº 10.216/2001)** – que orienta o cuidado em liberdade, territorial e comunitário, exigindo equipes multiprofissionais estáveis e qualificadas. A contratação de empresas médicas favorece a manutenção de equipes completas, o que é fundamental para a execução dessa política.
4. **Princípio da Eficiência e da Economicidade** – a contratação de pessoa jurídica permite maior previsibilidade de custos, além de reduzir riscos de descontinuidade por licenças ou afastamentos de profissionais, uma vez que a empresa tem a obrigação de prover substitutos.

Diante disso, a contratação de **Pessoa Jurídica Especializada** constitui a solução mais eficaz para atender a demanda de saúde mental no município, pois:

- garante **continuidade e integralidade do cuidado**;
- possibilita **gestão mais eficiente da força de trabalho**;
- assegura **profissionais habilitados e experientes**;
- reduz riscos de interrupção dos serviços;
- alinha-se às diretrizes da política pública de saúde mental e às exigências legais da nova Lei de Licitações;



- **responde à ausência de candidatos qualificados no concurso público**, garantindo o atendimento à população.

Assim, trata-se da alternativa que melhor atende ao interesse público, assegurando a **manutenção do CAPS e do AMENT como serviços estratégicos da rede municipal de saúde mental**, em consonância com os princípios do SUS.

Neste sentido, segue indicação de potenciais prestadores de serviços:

Fornecedor	CNPJ/CPF
D'ARTIBALE GESTAO DE SAUDE LTDA	40.621.045/0001-06
ADEX SAUDE LTDA	15.371.203/0001-61
ASSOCIACAO PRO SAUDE DE CLEVELANDIA	25.066.410/0001-66
EMPRESA DE SERVICOS MEDICOS AMBULATORIAIS E HOSPITALARES LTDA	12.423.693/0001-04
MED SAUDE LTDA	09.488.536/0001-72
MEDENF IVOTI SERVICOS MEDICOS E DE ENFERMAGEM LTDA	29.843.841/0001-42
NAJA SAUDE LTDA	20.183.526/0001-61
Litoral Assistencia em Saúde	05.264.035/0001-51
ATUAL MÉDICA GESTÃO DE SAÚDE SS	10.836.436/0001-79
ASSOCIACAO BENEFICENTE SAINT GERMAIN - ABSG	03.397.634/0001-18

Tais referências foram obtidas por meio de pesquisa no LicitaCon, efetuadas com base no Capítulo VI, do Decreto Municipal n.º 333/2022, que “Dispõe sobre a regulamentação dos procedimentos para contratações públicas na forma da Lei Federal n.º 14.133, de 1.º de abril de 2021 e dá outras providências”.

8. JUSTIFICATIVA PARA O PARCELAMENTO OU NÃO DA CONTRATAÇÃO

Nos termos do art. 47, inciso II, da Lei Federal nº 14.133/2021, as licitações devem observar o princípio do parcelamento, sempre que tecnicamente viável e economicamente vantajoso. O §1º do mesmo artigo estabelece que, na aplicação desse princípio, devem ser considerados: a responsabilidade técnica, o custo para a



Administração de múltiplos contratos frente às vantagens da redução de custos, a divisão do objeto em itens e o dever de ampliar a competição, evitando a concentração de mercado.

Em observância ao princípio do parcelamento previsto na Lei nº 14.133/2021, analisou-se a possibilidade de divisão do objeto da contratação em itens, de modo a ampliar a competitividade e possibilitar maior participação de fornecedores no certame.

Verificou-se que o parcelamento do objeto mostra-se técnica e economicamente viável, uma vez que os serviços possuem natureza independente e podem ser executados de forma autônoma, sem prejuízo à qualidade, à eficiência ou à continuidade da execução contratual.

A divisão do objeto permite ampliar o acesso de empresas de diferentes portes à licitação, especialmente micro e pequenas empresas, promovendo maior competitividade entre os licitantes e possibilitando a obtenção de propostas mais vantajosas para a Administração Pública.

Além disso, o parcelamento favorece a especialização dos fornecedores, permitindo que cada empresa participe apenas dos itens compatíveis com sua capacidade técnica e operacional, o que tende a contribuir para maior eficiência na execução dos serviços ou fornecimento dos bens contratados.

Destaca-se que a divisão do objeto não compromete a padronização, a gestão contratual ou a execução das atividades, sendo plenamente possível o acompanhamento e a fiscalização dos contratos de forma individualizada pela Administração.

Dessa forma, conclui-se que o parcelamento do objeto mostra-se adequado e vantajoso para a Administração, atendendo aos princípios da competitividade, da economicidade e da eficiência previstos na Lei nº 14.133/2021.

9. RESULTADOS PRETENDIDOS

- **Selecionar a proposta mais vantajosa para o Município:**

Garantir que a contratação resulte no melhor equilíbrio entre **qualidade técnica, experiência dos profissionais e preço**, assegurando eficiência e economicidade na aplicação dos recursos públicos.

- **Assegurar tratamento isonômico e justa competição:**

Promover condições equitativas entre todos os licitantes, evitando favorecimento de qualquer participante, garantindo transparência, ética e conformidade com a legislação vigente.

- **Prevenir sobrepreço, superfaturamento ou preços inexequíveis:**

Avaliar criteriosamente as propostas para identificar valores compatíveis com o mercado, evitando riscos financeiros e assegurando a sustentabilidade econômica do contrato.

- **Exigir cumprimento de boas práticas de sustentabilidade:**

A contratada deverá adotar medidas de **racionalização e otimização de recursos**, redução de



desperdícios e minimização de impactos ambientais, em consonância com políticas públicas de sustentabilidade e responsabilidade social.

- **Garantir continuidade e qualidade dos serviços prestados:**

A prestação de serviços médicos especializados em Saúde Mental deverá ser **integrada, contínua e de acordo com protocolos clínicos reconhecidos**, assegurando atenção adequada aos usuários do CAPS e do Ament.

- **Assegurar monitoramento e controle técnico-operacional:**

A contratada estará sujeita a **fiscalização periódica**, com apresentação de relatórios e indicadores de desempenho, garantindo que os serviços sejam prestados conforme padrões de qualidade e metas estabelecidas pela Secretaria Municipal de Saúde.

- **Promover integração e interdisciplinaridade no atendimento:**

Os serviços devem favorecer a **coordenação com equipes multiprofissionais**, fortalecendo a Rede de Atenção Psicossocial (RAPS) e garantindo atendimento integral aos usuários.

- **Atender ao interesse público:**

A contratação objetiva **garantir o direito à saúde, assegurar a continuidade dos atendimentos em saúde mental e preservar a segurança, a dignidade e o bem-estar da população de Santo Antônio da Patrulha/RS**, atendendo aos princípios constitucionais do SUS e aos objetivos estratégicos da Administração Municipal.

10. PROVIDÊNCIAS PRÉVIAS AO CONTRATO

Para a contratação pretendida, haverá necessidade de providências prévias no âmbito da Administração.

A Secretaria Municipal da Saúde (SEMSA) indicará servidores para atuarem como gestor e fiscal do contrato.

Ademais, para que a pretendida contratação tenha sucesso, é preciso que outras etapas sejam concluídas, quais sejam:

- a) elaboração de minuta do edital;
- b) realização de certificação de disponibilidade orçamentária;
- c) designação em Portaria de pregoeiro, equipe de apoio, agente de contratação (conforme o caso);
- d) elaboração de minuta do contrato;
- e) encaminhamento do processo para análise jurídica;
- f) análise da manifestação jurídica e atendimento aos apontamentos constantes no parecer, mediante Nota Técnica com os ajustes indicados;
- g) publicação e divulgação do edital e anexos;
- h) resposta a eventuais pedidos de esclarecimentos e/ou impugnação, caso aplicável;
- i) realização do certame, com suas respectivas etapas;



j) assinatura e publicação do contrato; e

k) realização de empenho.

11. CONTRATAÇÕES CORRELATAS E/OU INTERDEPENDENTES

O presente estudo não identificou a necessidade de realizar contratações acessórias para a perfeita execução do objeto, uma vez que todos os meios necessários à prestação dos serviços podem ser plenamente atendidos por meio da contratação ora proposta.

Dessa forma, os bens e serviços objeto desta licitação são autônomos e independentes, não demandando contratações correlatas ou interdependentes para sua operacionalização ou execução efetiva.

12. POSSÍVEIS IMPACTOS AMBIENTAIS, SOCIAIS E ECONÔMICOS

Vislumbram-se impactos ambientais, sociais e econômicos provenientes desta contratação, mencionados na tabela abaixo, juntamente com as medidas de tratamento a serem adotadas pela contratada:

Categoria	Impactos Positivos	Impactos Negativos Potenciais	Medidas de Tratamento/ Mitigação
Sociais	<ul style="list-style-type: none">- Continuidade e integralidade dos atendimentos no CAPS e Ament.- Promoção da saúde mental da população e redução de internações desnecessárias.- Fortalecimento da Rede de Atenção Psicossocial (RAPS) e integração multiprofissional.- Melhoria das condições de trabalho dos profissionais.- Ambiente seguro e acolhedor para usuários.- Otimização de fluxos, conforto físico e psicológico.	<ul style="list-style-type: none">- Dependência de um único prestador, gerando vulnerabilidade caso haja falhas na execução do contrato.- Concentração de usuários em espaços inadequados.- Condições insuficientes de infraestrutura ou materiais, comprometendo a qualidade e segurança do atendimento.	<ul style="list-style-type: none">- Fiscalização contínua e relatórios periódicos de desempenho.- Manutenção de protocolos clínicos e fluxos integrados.- Garantir infraestrutura adequada, materiais e equipamentos necessários.- Organização ergonômica dos espaços de atendimento.- Treinamento contínuo e orientação sobre segurança ocupacional.



Categoria	Impactos Positivos	Impactos Negativos Potenciais	Medidas de Tratamento/ Mitigação
Econômicos	<ul style="list-style-type: none">- Redução de custos com hospitalização e urgência/emergência.- Eficiência no uso de recursos públicos.- Estímulo ao desenvolvimento econômico regional por meio de contratação de empresas especializadas locais.	<ul style="list-style-type: none">- Risco de custos elevados caso não haja fiscalização ou cumprimento insuficiente do contrato.	<ul style="list-style-type: none">- Cláusulas contratuais de penalidades e metas de desempenho.- Monitoramento de custos e indicadores de produtividade.
Ambientais	<ul style="list-style-type: none">- Estímulo no uso de prontuário eletrônico, reduzindo o consumo de papel (prescrições, receituários impressos).	<ul style="list-style-type: none">- Risco de desabastecimento elétrico e consumo de papel elevado com atendimentos em papel.	<ul style="list-style-type: none">- Capacitar médicos sobre a importância da sustentabilidade, o descarte correto de resíduos e a redução do consumo de recursos (principalmente papel).

Orientações complementares acerca da sustentabilidade da prestação almejada poderão ser repassadas pela fiscalização competente.

13. ANÁLISE DE RISCO

Risco	Impacto Potencial	Medidas de Mitigação
Ausência ou afastamento de profissionais	Interrupção dos atendimentos, comprometendo a continuidade do cuidado no CAPS e Ament.	<ul style="list-style-type: none">- Contratação de pessoa jurídica especializada, com obrigação de prover substitutos.- Planejamento de escalas e reservas de profissionais.- Fiscalização contínua pela Secretaria de Saúde.
Descumprimento de protocolos clínicos e normativos	Atendimento inadequado ou não padronizado, gerando risco à saúde dos usuários.	<ul style="list-style-type: none">- Estabelecimento de cláusulas contratuais sobre cumprimento de protocolos.- Treinamento e capacitação periódica dos profissionais.- Auditorias e monitoramento de indicadores de qualidade.
Riscos financeiros (sobrepço ou superfaturamento)	Impacto orçamentário e desperdício de recursos públicos.	<ul style="list-style-type: none">- Análise criteriosa das propostas para verificar compatibilidade com valores de mercado.- Fiscalização e relatórios periódicos de execução contratual.- Aplicação de penalidades previstas no contrato em caso de irregularidades.



Risco	Impacto Potencial	Medidas de Mitigação
Problemas de infraestrutura ou condições inadequadas de atendimento	Comprometimento da segurança e conforto de usuários e profissionais; redução da qualidade do serviço.	- Avaliação prévia da infraestrutura antes da execução.- Exigência de adequação da empresa contratada às condições mínimas necessárias.- Fiscalização contínua e correção de falhas identificadas.
Riscos de dependência de um único prestador	Vulnerabilidade do serviço em caso de falhas, atrasos ou rescisão contratual.	- Cláusulas contratuais de substituição imediata de profissionais.- Monitoramento e planejamento de continuidade dos serviços.- Possibilidade de acionar mecanismos emergenciais em caso de descontinuidade.
Riscos relacionados ao ambiente de trabalho	Insatisfação ou adoecimento dos profissionais, prejudicando produtividade e qualidade do atendimento.	- Garantir condições adequadas de ergonomia e segurança.- Fornecimento de materiais e equipamentos adequados.- Programas de capacitação e suporte à saúde ocupacional.

14. DECLARAÇÃO DE VIABILIDADE

Com base na justificativa apresentada, nas especificações técnicas contidas neste Estudo Técnico Preliminar e seus anexos, bem como na existência de planejamento orçamentário destinado a subsidiar a contratação, declara-se que a presente contratação é viável, atendendo aos padrões de qualidade exigidos e aos preços compatíveis com os praticados no mercado.

Santo Antônio da Patrulha – RS, 12 de março de 2026.

INTEGRANTE TÉCNICO: **Fernanda Angélica da Silva Kauffmann, Diretora Depto. Saúde Mental.**

UNIDADE ADMINISTRATIVA: **Antônio Fernando Selistre, Secretário Municipal da Saúde**

AUTORIDADE MÁXIMA COMPETENTE: **Rodrigo Gomes Massulo - Prefeito Municipal.**



Para conferir a autenticidade do documento, utilize um leitor de QRCode ou acesse o endereço <https://grp.pmsap.com.br/grp/acessoexterno/programaAcessoExterno.faces?codigo=670270> e informe a chancela THEI.SZLA.BX2Q.RPRK

Documento assinado eletronicamente por **FERNANDA ANGELICA DA SILVA KAUFFMANN, DIRETOR (A) DO DEPARTAMENTO DE ATENDIMENTO PSICOSSIAL (DAP)** em 12/03/2026 às 13:30:08.



PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTO ANTÔNIO DA PATRULHA

ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

Documento assinado eletronicamente por **RODRIGO GOMES MASSULO, PREFEITO MUNICIPAL** em 12/03/2026 às 13:27:13.

Documento assinado eletronicamente por **ANTONIO FERNANDO SELISTRE, SECRETÁRIO MUNICIPAL DA SAÚDE (SEMSA)** em 12/03/2026 às 13:16:24.